



Migrantes na União Europeia: Pistas de Reflexão para uma Nova

Abordagem

CIDAC

Os desafios que se colocam à União Europeia no contexto das dinâmicas geradas pela globalização e pelas suas próprias opções políticas, seja ao nível do alargamento ou das suas relações com países terceiros, exigem uma reflexão cuidada e aprofundada a todos os níveis. A identidade europeia, no sentido de “que Europa queremos ser?”, e cuja materialização mais recente é o Tratado da Constituição Europeia, é, talvez, a grande questão para onde convergem actualmente todos os debates e discussões, e que surge agora com mais pertinência do que nunca.

As políticas migratórias constituem certamente um dos domínios mais delicados e a abordagem que se tem vindo a generalizar para o tratamento desta temática tem-se traduzido em diversas questões, tais como: “o dilema entre a necessidade de haver mais imigrantes na UE ou de limitar tais fluxos”, “como gerir os fluxos migratórios no sentido de equilibrar a população europeia e de assegurar a sustentabilidade do Estado-providência”, ou ainda “a necessidade de uma estratégia de cooperação para o desenvolvimento para evitar a pressão demográfica descontrolada”, entre muitas, muitas outras.

Todavia, tendo em conta os desafios que se colocam actualmente à União Europeia e a realidade da migração contemporânea, parece-nos que, antes de se procurarem respostas para estas e outras questões, devemos reflectir cuidadosamente sobre a forma como abordamos a temática para que seja o mais abrangente e clara possível.

O que nos propomos fazer é abordar toda a problemática migratória numa outra perspectiva. Uma perspectiva que enfatiza o contributo dos migrantes para o desenvolvimento das suas comunidades de acolhimento, não só ao nível económico, mas também ao nível social, cultural e político. Uma abordagem que realça o ignorado e todavia importantíssimo papel que os migrantes assumem enquanto agentes promotores do desenvolvimento das suas comunidades de origem. Aqui, poderíamos só cingir-nos ao peso das remessas que, numa boa parte dos países emissores, ultrapassa os montantes da Ajuda Pública ao Desenvolvimento ou do investimento estrangeiro. Mas propomo-nos a ir ainda um pouco mais longe e destacar o seu trabalho ao nível do desenvolvimento local das comunidades de origem, da troca de competências e know-how, as mudanças, em sentido político, social e cultural que os migrantes induzem, de forma directa ou indirecta, naqueles que nunca partiram.

Por fim, propomo-nos realçar o potencial de que os migrantes são portadores enquanto pontes entre culturas, enquanto mediadores que podem ser entre padrões e paradigmas culturais distintos, tão mais valiosos neste mundo que enfrenta a ameaça da intransigência e da fobia do diferente, do “estranho” ou do desconhecido.

Porque partimos desta perspectiva e porque acreditamos que, antes de sermos “nacionais” ou “estrangeiros”, “europeus” ou “asiáticos”, “qualificados” ou “indiferenciados” somos todos seres humanos, e porque cremos que a construção de sociedades mais justas e equitativas é um desafio que se coloca a cada um de nós, e é uma responsabilidade intrínseca ao efectivo exercício da cidadania, a abordagem que propomos é inovadora e desafiante.

Na nossa perspectiva, a União Europeia deve encarar a problemática migratória como um fenómeno complexo e de características originais comparativamente a épocas históricas passadas, o que exige também novos instrumentos e novas abordagens para uma gestão eficaz e sustentável, nomeadamente:

- Deve considerar as condições e as múltiplas ligações entre os países de origem e de acolhimento, que moldam a intensidade, a direcção e a natureza dos fluxos migratórios, e que são,



I Migrações e Cidadania

simultaneamente, causa e consequência do modo como as migrações se configuram nos dois contextos. – Uma *abordagem integrada e responsável*

- Deve reconhecer o papel que os migrantes podem ter enquanto agentes activos nos processos de desenvolvimento das suas comunidades de origem e de acolhimento e encetar dinâmicas que facilitem e apoiem as suas acções – uma *abordagem pro-activa*
- Por fim, deve recusar abordagens simplistas e redutoras na abordagem da problemática migratória. Tem-se vindo a afirmar o que chamamos de “abordagem instrumentalista”, ou seja, em que a questão da migração é tratada na perspectiva da utilidade que os migrantes podem ter para a União Europeia, nomeadamente:
 - Enquanto forma de colmatar o défice demográfico crescente da população da União;
 - Enquanto forma de assegurar a sustentabilidade do modelo clássico do Estado-Providência europeu;
 - Enquanto forma de colmatar necessidades de mão de obra em determinados sectores de mercado, seja ao nível das profissões altamente qualificadas, seja ao nível dos trabalhadores indiferenciados,

sendo que esta perspectiva, para além de subordinar a gestão da migração unicamente às necessidades do mercado de trabalho (desumanizando o migrante), legitima políticas coercivas sobre os Estados emissores, em que os mecanismos da diplomacia bilateral e as políticas de cooperação para o desenvolvimento se convertem em instrumentos de pressão sobre esses Estados. A União deverá, pelo contrário, recuperar a herança humanista de que tanto se orgulha e reflecti-la numa *abordagem de verdadeira solidariedade e de cooperação entre os povos*.

Não temos a pretensão de fornecer todas as respostas. Mas esperamos, enquanto movimento activo da sociedade civil que somos, contribuir para que a formulação e a conceptualização da questão, ou seja, o pano de fundo onde se inscrevem os debates e onde ocorrem as tomadas de decisão seja o mais claro e o mais correcto possível. Para que, antes de procurar soluções imediatas para as questões, se procurem, antes de mais, formular as perguntas certas.